



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PRECATÓRIO Nº 5936 - DF (2020/0051088-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : DENISE FREIRE PEREIRA**  
**REQUERENTE : MOTA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**  
**ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO - DF016362**  
**REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 6864 (200702546414), expedida em favor de DENISE FREIRE PEREIRA e MOTA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, este beneficiário de destaque de honorários advocatícios contratuais.

Intimados acerca da regularidade formal, o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e o Ministério Público manifestaram-se favoravelmente.

Certidão da Seção de Precatórios e RPV indicando a disponibilidade de verba para liquidação deste precatório.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Decisão nos autos principais determinou o bloqueio dos valores relativos à diferença de índice até julgamento definitivo do RE 870.947/SE pelo STF e acrescentou que, "após o julgamento, se for o caso, o exequente poderá levá-los".

Ante o exposto, considerando a concordância manifestada com a regularidade formal e o trânsito em julgado do RE 870.947/SE, determino o pagamento do valor total desta requisição condicionado à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 12 da Instrução Normativa STJ n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**

Presidente